

**Ata 03/2026 - Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da RGE**

Aos 24 dias do mês de abril de 2026, às 09 horas, em formato virtual, utilizando a plataforma Microsoft Teams, sob a coordenação do Presidente, Sr. Leodomar da Rosa Duarte, reuniram-se os representantes dos consumidores da RGE, representantes da concessionária e assessoria do Conselho. Após a conferência do quórum, o Presidente declarou aberta a reunião e apresentou os assuntos previstos em pauta: aprovação da ata anterior, treinamento sobre meio ambiente e manejo de vegetação, retorno das demandas apresentadas na reunião descentralizada de Alegrete, programação das atividades em Lagoa Vermelha, relato do Workshop da ANEEL e assuntos gerais. No decorrer da reunião, outros membros do colegiado ingressaram na sala virtual, entre eles os Conselheiros Rudinei Suzin, Gustavo Thompson Flores e Ângelo Fontana. Inicialmente, foi realizada a leitura da Ata 02/2026, referente à reunião ordinária de 27 de março. Após a leitura, o Conselheiro Luís Adriano Araújo de Freitas solicitou correção no trecho referente à atividade educativa realizada em Sapucaia do Sul, esclarecendo que a escola inicialmente cogitada para receber a ação era municipal, e não estadual. Realizado o ajuste, a ata foi colocada em deliberação e aprovada pelos conselheiros presentes, com a referida correção. Na sequência, teve início o treinamento sobre meio ambiente, conduzido inicialmente pela Sra. Ana Carolina dos Passos, Analista Ambiental da CPFL RGE, com a participação do Sr. Ronan Correa e demais integrantes da área ambiental. A apresentação tratou da reposição florestal obrigatória no Rio Grande do Sul e das alternativas utilizadas pela distribuidora para cumprimento das compensações decorrentes da supressão de vegetação necessária à implantação de redes, linhas e demais estruturas elétricas. Foi explicado que, de acordo com as normas ambientais aplicáveis, a reposição pode ocorrer por plantio de mudas, instituição de servidão ambiental ou direcionamento de recursos para projetos socioambientais previamente aprovados pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Foram apresentados exemplos de iniciativas apoiadas pela RGE, entre elas projetos relacionados a sistemas agroflorestais e produção de espécies nativas, comunidades indígenas, educação ambiental, Rota dos Butiazais, pequenos produtores rurais, comunidades quilombolas e áreas destinadas à preservação por meio de servidão ambiental. Também foi destacada a possibilidade trazida pela Lei Estadual nº

16.201/2024 de utilização de recursos da reposição florestal obrigatória em ações ligadas aos planos municipais de arborização urbana. Durante os debates, o Vice-Presidente Jefferson de Holleben Camozzato questionou a possibilidade de proprietários rurais disponibilizarem áreas de mata nativa para fins de compensação ambiental. Foi esclarecido que existe a modalidade de área equivalente ou servidão ambiental, mediante estudos técnicos, formalização e averbação na matrícula do imóvel, passando a área destinada à conservação a possuir caráter permanente. O Presidente Leodomar questionou como os projetos contemplam famílias de baixa renda, sendo explicado que a inclusão desse público integra os critérios considerados na análise dos projetos socioambientais e que diversas iniciativas atendem comunidades rurais, buscando, além da recuperação ambiental, geração de renda e oportunidades econômicas. O Conselheiro Ismael Horbach de Medeiros questionou sobre as espécies utilizadas e a possibilidade de inclusão da erva-mate, tendo sido informado que são consideradas as características de cada região e do solo e que alguns projetos priorizam espécies nativas e frutíferas capazes de proporcionar também retorno econômico, havendo iniciativas que já trabalham com produtos derivados da erva-mate. Dando continuidade ao treinamento, a Secretária-Executiva, Sra. Patrícia Viero Minussi, apresentou material sobre vegetação e rede elétrica, destacando as ações desenvolvidas pela RGE em parceria com prefeituras e comunidades. Foi informado que ocorrências envolvendo árvores e vegetação representaram parcela expressiva das interrupções registradas nos últimos anos e que aproximadamente 84% das redes de distribuição da RGE encontram-se em área rural. Foram detalhadas ações de manejo em alimentadores e redes rurais, poda urbana, limpeza das proximidades de equipamentos de proteção, notificações a proprietários e municípios e o programa de arborização mais segura. Também foram apresentados os mutirões realizados em comunidades rurais, nos quais a RGE promove o desligamento e a liberação da vegetação próxima à rede, enquanto município e comunidade colaboram com as demais atividades de manejo. A apresentação abordou ainda a responsabilidade pela vegetação situada em áreas públicas e privadas e a importância de que os municípios realizem planejamento adequado da arborização urbana. Foi destacado o trabalho de orientação às prefeituras, inclusive por meio de guia de arborização com

59 indicação de espécies mais adequadas à convivência com a rede elétrica. Em relação à área  
60 rural, o Presidente reforçou a preocupação com árvores de grande porte plantadas próximas  
61 às redes, especialmente eucaliptos e outras espécies que podem provocar interrupções  
62 prolongadas, questionando se existe trabalho preventivo junto aos pequenos produtores. O  
63 Sr. Aleksandro Rafael Moraes explicou que os mutirões rurais passaram a ser estruturados e  
64 ampliados a partir de 2023, com mais de dez mil ações realizadas, envolvendo distribuidora,  
65 municípios e produtores, e que a orientação preventiva passou a acompanhar as ações de  
66 manejo. O Conselheiro Ismael sugeriu que o próprio Conselho também avaliasse a produção  
67 e divulgação de vídeos ou materiais educativos voltados aos produtores rurais, utilizando  
68 seus canais e as entidades representativas para ampliar a orientação sobre vegetação  
69 próxima à rede. Solicitou ainda o compartilhamento do material de arborização apresentado  
70 e questionou como os municípios poderiam buscar os recursos disponíveis para essa  
71 finalidade. Patrícia informou que encaminharia o guia aos conselheiros e explicou que as  
72 prefeituras interessadas devem procurar os consultores de negócios responsáveis pelos  
73 municípios, que poderão avaliar a demanda e, quando necessário, direcioná-la à área  
74 ambiental da RGE. Aleksandro acrescentou que os recursos são limitados e que os projetos  
75 precisam passar por análise de disponibilidade e pelos procedimentos necessários à  
76 formalização. Encerrado o treinamento, passou-se ao retorno das demandas apresentadas  
77 na reunião descentralizada realizada em Alegrete. A assessoria lembrou o conteúdo do  
78 Ofício nº 01/2026, encaminhado à RGE com relatos de consultores que atuam  
79 principalmente junto a produtores irrigantes. As manifestações tratavam de dificuldades em  
80 processos de ligação nova e análise de projetos particulares, suposta falta de padronização  
81 dos critérios técnicos, problemas sistêmicos, reprovações e dificuldades de comunicação  
82 com os canais destinados aos responsáveis técnicos. Foram novamente citados os casos  
83 apresentados pelo Engenheiro Nelcy Almeida, envolvendo a ligação de Lucas Predebon e a  
84 obra da Ponte de Capivari, além das manifestações do Sr. Luiz Henrique Muraro. Na resposta  
85 apresentada pela RGE, foi informado, em relação ao caso de Lucas Predebon, que a  
86 solicitação inicial teve as análises técnica e de conexão aprovadas, ocorrendo reprovação  
87 comercial relacionada ao benefício tarifário solicitado e à documentação necessária.

Posteriormente foi aberto novo pedido, que teve as etapas de análise aprovadas e se encontrava em execução de obra pela distribuidora. O Conselheiro Gustavo ponderou que a falta da documentação necessária ao benefício do irrigante não deveria, em seu entendimento, impedir a ligação em condições normais, destacando ainda que a atividade rural possui uma janela reduzida para irrigação e que atrasos podem inviabilizar uma safra. Quanto à Ponte de Capivari, a RGE apresentou o histórico das análises, com reprovações técnicas, correções efetuadas pelo responsável, posterior aprovação e registro de uma falha sistêmica que impediu temporariamente o prosseguimento da atividade, sendo o problema corrigido pela área de tecnologia da distribuidora. Foi informado que a infraestrutura em via pública já havia sido executada e que restava procedimento de vistoria interna. Gustavo ressaltou a relevância da obra para a região e questionou quais, especificamente, haviam sido os itens técnicos responsáveis pelas reprovações, observando que uma indicação genérica de “questões técnicas” não permitia ao Conselho avaliar se existia dificuldade de interpretação ou necessidade de maior padronização das orientações aos projetistas. Alessandro explicou que os projetos são analisados conforme as normas técnicas e os padrões da distribuidora e ponderou que, diante da especificidade do tema, seria mais produtivo que os responsáveis técnicos identificassem exatamente quais itens das normas ou dos GEDs consideram pouco claros ou objeto de divergência. Patrícia reconheceu que a resposta encaminhada ao Conselho não detalhava os itens técnicos que motivaram cada reprovação e informou que poderia solicitar à equipe responsável um complemento com essas informações. Em relação à manifestação do Sr. Luiz Henrique Muraro sobre dificuldade de comunicação, foram apresentados registros de chamadas e tentativas de retorno efetuadas pela distribuidora. A RGE informou que houve situações em que as ligações foram abandonadas antes do atendimento e também tentativas de retorno sem sucesso, além de contatos realizados por WhatsApp em caráter complementar. Foi reiterada a disponibilidade da empresa para reunião com o responsável técnico, caso ainda existissem dúvidas. Após os debates, o Presidente propôs que a resposta formal recebida da RGE fosse encaminhada aos profissionais que apresentaram as reclamações, com acompanhamento do Conselheiro Gustavo, representante da região, para que eles pudessem indicar de forma objetiva quais

117 pontos continuavam sem esclarecimento. A assessoria ficou responsável por elaborar a  
118 devolutiva pelo e-mail do Conselho, solicitando a indicação dos itens técnicos específicos  
119 questionados e mantendo Gustavo no acompanhamento da tratativa. A RGE colocou sua  
120 equipe de projetos à disposição para uma reunião virtual com os consultores, caso  
121 necessária, desde que as dúvidas fossem previamente encaminhadas para permitir análise  
122 técnica. O encaminhamento foi acolhido pelos participantes, ficando definido que,  
123 persistindo divergências após a resposta, será organizada a reunião técnica. Durante o  
124 mesmo item, Jefferson questionou a proporção entre demandas rurais e urbanas registradas  
125 pela distribuidora; como a natureza do dado pretendido não ficou clara em razão de  
126 dificuldades de conexão, Patrícia solicitou que o conselheiro detalhasse posteriormente a  
127 informação desejada para que fosse realizado o levantamento. Passou-se, então, à  
128 programação das atividades em Sananduva e Lagoa Vermelha, que haviam sido transferidas  
129 para os dias 4 e 5 de maio. Foi informado que, no dia 4 de maio, às 14 horas, será realizada  
130 em Sananduva nova edição do projeto do Conselho nas Escolas, na Casa da Cultura, com  
131 previsão de aproximadamente 150 crianças. Os estudantes receberão os materiais  
132 educativos e participarão da apresentação do personagem Zig Volt, seguindo o formato  
133 utilizado na atividade realizada anteriormente em Sapucaia do Sul. Na oportunidade, foi  
134 exibido aos conselheiros o vídeo produzido para introdução da atividade, que recebeu  
135 manifestações positivas dos participantes. Ainda no dia 4 de maio, das 18h30 às 22 horas,  
136 será realizado em Lagoa Vermelha o Liga Certo, na Câmara Empresarial e Cultural. No dia 5  
137 de maio, das 9 às 12 horas, ocorrerá no mesmo local a reunião descentralizada do Conselho.  
138 Considerando a capacidade aproximada de 20 a 25 pessoas do espaço, o Presidente  
139 destacou a necessidade de priorizar a participação de lideranças representativas das classes  
140 de consumidores, buscando representação qualificada das associações de moradores, poder  
141 público, setor rural, comércio e indústria. Foi ressaltado que o objetivo das reuniões  
142 descentralizadas não é a análise de reclamações individuais isoladas, mas a identificação de  
143 demandas coletivas de cada classe. Patrícia reforçou que os participantes devem, sempre  
144 que possível, apresentar protocolos, códigos ou outras informações que permitam à  
145 distribuidora localizar e analisar posteriormente as situações relatadas. A assessoria

informou ainda que, diferentemente de outras reuniões descentralizadas, a programação de Lagoa Vermelha priorizará a apresentação institucional do próprio Conselho e de suas atividades, seguida de espaço para manifestações dos representantes das classes. As demandas poderão ser apresentadas durante o encontro ou posteriormente por meio de link e do e-mail do Conselho, para consolidação e encaminhamento à RGE. A programação e o formato das atividades de Sananduva e Lagoa Vermelha foram ratificados pelos conselheiros presentes. No item seguinte, o Conselheiro Luís Adriano apresentou relato de sua participação em Brasília no 2º Workshop de Modernização das Tarifas de Energia Elétrica, promovido pela ANEEL. Informou que encaminharia aos demais conselheiros relatório completo e apresentou síntese dos principais assuntos debatidos, entre eles tarifa branca e modalidades tarifárias horárias, medição inteligente, pré-pagamento, digitalização, abertura do mercado para consumidores de baixa tensão e crescimento dos veículos elétricos. Em sua avaliação como representante da classe residencial, manifestou preocupação com os impactos sociais das novas modalidades, especialmente sobre consumidores que não possuem flexibilidade para deslocar seu consumo para horários de menor tarifa, sobre a forma de financiamento da expansão dos medidores inteligentes e sobre modelos que possam provocar restrição automática de um serviço essencial em situações de inadimplência. Também ressaltou a necessidade de informação clara e mecanismos de proteção ao consumidor diante de uma futura ampliação da abertura do mercado. O relatório completo ficou disponibilizado no grupo dos conselheiros. Na sequência, o Conselheiro Ismael informou que representaria o Conselho em atividade relacionada à nova gestão da FAMURS, durante seminário e programação de transição da presidência, prevista para o final do mês, uma vez que o Presidente não poderia comparecer. Também compartilhou convite recebido para evento em Porto Alegre, no dia 6 de maio, envolvendo temas relacionados a desastres, proteção e segurança, destacando a pertinência da discussão diante dos impactos dos eventos climáticos e das interrupções provocadas por vegetação. A possibilidade de participação dos conselheiros ficaria condicionada à compatibilização com o deslocamento de retorno de Lagoa Vermelha. Nos assuntos gerais, o Presidente registrou questionamento que lhe havia sido feito pelo Conselheiro Ademar a

175 respeito da definição do representante do Conselho no Workshop da ANEEL. Explicou que  
176 Luís Adriano e Ademar haviam demonstrado interesse em participar e que decidiu pela  
177 indicação de Luís Adriano, considerando que este ainda não havia realizado viagem  
178 representando o Conselho e que o envio de apenas um representante evitaria despesas  
179 adicionais. O Presidente informou que Ademar havia questionado se a escolha deveria ter  
180 sido submetida à deliberação do colegiado. O Conselheiro Gustavo manifestou  
181 entendimento de que a Presidência possui autonomia para decisões administrativas dessa  
182 natureza, inclusive para evitar engessamento das atividades e deslocamentos  
183 desnecessários. Luís Adriano sugeriu que fosse encaminhada uma mensagem ou carta de  
184 agradecimento à Escola Nossa Senhora de Fátima, de Sapucaia do Sul, pela recepção ao  
185 Conselho durante a atividade educativa realizada no município. Patrícia considerou  
186 pertinente a sugestão e solicitou à assessoria a elaboração de um modelo de agradecimento  
187 que possa ser utilizado também nas próximas escolas que receberem o projeto. Na mesma  
188 manifestação, Luís Adriano solicitou orientação sobre um consumidor que relatara dano em  
189 aparelho de televisão e que, segundo as informações recebidas, já teria solicitado  
190 ressarcimento à RGE. Patrícia esclareceu que o acompanhamento pode ser realizado pelos  
191 canais da distribuidora e que, para consulta de uma situação específica, seria necessário o  
192 protocolo, o código do cliente ou outro dado que permitisse localizar a solicitação. Luís  
193 Adriano ficou responsável por obter essas informações e encaminhá-las para verificação. O  
194 Conselheiro Gustavo trouxe ainda preocupação de consultores da região de Alegrete com o  
195 recadastramento dos consumidores rurais e irrigantes em 2026 e com mudanças recentes  
196 na equipe de atendimento do Grupo A. Segundo os relatos recebidos, alguns profissionais  
197 novos estariam apresentando dificuldades em situações anteriormente tratadas de forma  
198 rotineira, com aumento de reprovações e respostas consideradas insuficientemente  
199 fundamentadas. Citou como exemplo quatro solicitações de retirada de medidores após a  
200 safra que teriam sido indeferidas, gerando preocupação dos consultores com o volume de  
201 procedimentos que ocorrerá durante o recadastramento. Patrícia explicou que ocorreram  
202 substituições pontuais na equipe em razão da saída de colaboradores e reconheceu que  
203 profissionais novos passam por período de aprendizado, especialmente diante das

204 particularidades dos consumidores rurais da região da Fronteira. Solicitou que Gustavo  
205 encaminhasse um ou dois casos concretos para análise, de modo que fosse possível  
206 identificar eventual necessidade de reforço de treinamento. Sobre o cadastramento,  
207 informou que o processo envolverá etapa de verificação em campo e posterior validação  
208 documental, com intensificação das visitas a partir de maio e contratação de empresa  
209 específica para auxiliar o levantamento. Ressaltou também que, para manutenção de  
210 determinados benefícios aplicáveis à irrigação, a medição deve atender às condições  
211 regulatórias correspondentes, inclusive quanto à utilização da instalação. Gustavo ficou  
212 responsável por encaminhar os exemplos recebidos dos consultores, e Patrícia informou que  
213 dará retorno diretamente ao conselheiro e poderá atualizar o tema em reunião posterior.  
214 Questionado pelo Presidente sobre outras demandas, o Conselheiro Rudinei informou que,  
215 naquele momento, não possuía questões relevantes da classe industrial, observando que as  
216 demandas mais recorrentes estavam concentradas em outros segmentos. Antes do  
217 encerramento, a assessoria apresentou aos conselheiros a versão em desenvolvimento do  
218 aplicativo do Conselho, demonstrando funcionalidades de agenda, confirmação de presença,  
219 notificações, solicitações de diárias e reembolsos, geração de documentos, assinatura  
220 eletrônica, canal entre conselheiros e Secretaria-Executiva, área de transparência, normas e  
221 notícias. Foi explicado que o sistema deverá concentrar documentos e informações  
222 atualmente tratados por diferentes meios, possibilitando maior rastreabilidade e redução da  
223 utilização de formulários e documentos em papel. Também foi demonstrado o painel que  
224 será utilizado pela Secretaria-Executiva para gerenciamento de eventos, solicitações e  
225 comunicações. A versão inicial para testes será disponibilizada em sistema Android, com  
226 previsão de instalação para os primeiros usuários durante as atividades de São Borja,  
227 permitindo aos conselheiros e à Secretaria-Executiva apontarem ajustes antes da  
228 disponibilização definitiva. Posteriormente será desenvolvida a disponibilização para  
229 dispositivos iOS. Foi explicado ainda que o primeiro acesso contemplará a aceitação dos  
230 termos referentes à utilização das assinaturas eletrônicas e que determinadas alterações  
231 cadastrais relevantes deverão contar com validação adicional, buscando maior segurança no  
232 gerenciamento das informações. Patrícia destacou que a ferramenta deverá reduzir etapas



233 burocráticas e facilitar o controle documental, enquanto os Conselheiros Rudinei e Ismael  
234 manifestaram avaliação positiva sobre a solução apresentada. O Presidente também  
235 destacou a importância do projeto para modernização dos procedimentos do Conselho.  
236 Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação dos conselheiros, dos  
237 representantes da RGE e da assessoria, reiterou o convite para as atividades de Sananduva  
238 e Lagoa Vermelha e encerrou a reunião.

239 **Leodomar da Rosa Duarte**

240 Presidente do Conselho de Consumidores da RGE – Residencial

241 **Jefferson de Holleben Camozzato**

242 Vice-Presidente do Conselho de Consumidores da RGE – Rural

243 **Ismael Felipe Horbach de Medeiros**

244 Conselheiro Titular representante do Poder Público

245 **Rudinei Suzin**

246 Conselheiro Titular representante da Classe Industrial

247 **Ângelo Fontana**

248 Conselheiro Titular representante da Classe Comercial

249 **Gustavo Thompson Flores**

250 Conselheiro Suplente representante da Classe Rural

251 **Luís Adriano Araújo de Freitas**

252 Conselheiro Suplente representante da Classe Residencial

253 **Patrícia Minussi**

254 Secretária-Executiva Titular do Conselho de Consumidores da RGE

255 **Alexsandro Rafael Moraes**

256 Gerente de Atendimento da RGE